

GLOBALIZAÇÃO E MOVIMENTO DAS MULHERES NO QUÉBEC¹

ANICK DRUELLE*

Université du Québec à Montréal (UQAM)

Com o objetivo de delimitar, nos planos teórico e prático, a significação adotada por certos movimentos de mulheres face aos processos de mundialização, proponho, na primeira parte do presente artigo, conceber estes processos e as estratégias destes movimentos como parte de um “dispositivo de mundialização capitalista”. Num segundo momento, mostro como as estratégias dos movimentos das mulheres foram analisadas, segundo certos autores, como resistência, ações modernizantes ou alternativas pós-modernas. A terceira parte, com o auxílio do conceito de criatividade e o exemplo do Québec, da Marcha da Mulheres Contra a Pobreza de 1995, visa ultrapassar as contradições teóricas na análise destas estratégias, aceitando precisamente que a resistência e a criatividade inspiram-se, às vezes, em princípios herdados da modernidade, mas que aplicados em contextos históricos pós-modernos, criam novos sentidos e novas definições, traduzindo-se em identidades fluidas.

PROCESSO E “DISPOSITIVO DE MUNDIALIZAÇÃO CAPITALISTA”

Face aos processos econômicos, políticos, culturais e sociais da mundialização capitalista, os movimentos das mulheres (no Québec e alhures), adotam estratégias heterogêneas e multi-direcionais que, bem que possam ser contraditórias, compreendem-se como busca de sentido.

* Anick Druelle é Doutora em sociologia pela Université du Québec à Montréal (UQAM), cuja tese refere-se aos movimentos das mulheres face à mundialização. Desde 1997 é membro do Conselho de Administração da Rede de Pesquisadoras Feministas do Québec e trabalha como pesquisadora no IREF-Institut de recherche et d'études féministes de l'UQAM.

Tradução: Tania Navarro Swain (Universidade de Brasília).

Concebo estas estratégias e ações como partícipes de um “dispositivo de mundialização capitalista”, visto segundo a adoção feita por Colette Saint-Hilaire² do conceito de dispositivo de Foucault para analisar as políticas de integração das mulheres ao desenvolvimento internacional nas Filipinas.

O dispositivo, precisa esta autora, é “não somente uma rede que põe em relação os discursos, instituições e práticas, não somente um conjunto de linhas de força ou de relações de poder, mas representa também o espaço social no qual se constitui o sujeito”. E acrescenta: “a linguagem não existe também fora de suas condições sociais de produção. Atualiza-se em discursos particulares – o da sexualidade, por exemplo – discursos que se modificam e se entrecrocaram em uma luta para dar significação ao mundo, em uma dinâmica atravessada por relações de poder”.³ Logo, o discurso aqui é entendido como um ação, espaço de luta e não apenas um reflexo da realidade. Isto leva-me a considerar que as mulheres, adotando as estratégias feministas de resistência ou de adesão às instituições modernas e pós modernas, participam deste dispositivo, e no interior mesmo deste espaço social (deste agenciamento) constituem – se em sujeitos plurais.

Referindo-me ao processo de mundialização econômica, política, cultural e social, faço eco à idéia de Anthony Giddens, segundo a qual a modernidade é “por natureza mundializadora”.⁴ Neste sentido, os processos de mundialização capitalista não apresentam nada de novo, já que fazem parte das tendências inerentes às quatro dimensões institucionais da modernidade ligadas ao capitalismo: industrialismo, poderio militar do Estado-Nação, sua vigilância e o controle da informação pelo Estado capitalista.⁵

Para este autor, a palavra “modernidade” designa modos de vida ou de organização social, que surgem na Europa no século XVII, exercendo progressivamente uma influência mais ou menos planetária.⁶ De minha parte, prefiro a definição de Immanuel Wallerstein, para quem a modernidade é um período histórico e um projeto de civilização universalizante, cujas origens se encontram no século XVI na Europa.⁷ Após o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns autores traduzem no conceito de pós-modernidade o questionamento desta modernidade que se manifesta em

críticas teóricas e ações concretas.⁸

Bem que os processos de globalização não sejam um fenômeno recente, é possível afirmar que a novidade consiste sobretudo em sua aceleração, resultando na compressão do tempo e do espaço em escala mundial e intensificando as trocas entre diversas redes de relações sociais atravessadas por relações de poder.⁹ Neste sentido, torna-se necessário repensar a sociologia política no contexto da globalização ou reconhecer que seus fenômenos nos forcem a rever nosso imaginário teórico, como sugerem Gilles Breton e Jane Jenson.¹⁰ Extrapolando as análises de Giddens e de David Harvey¹¹ quanto à compressão do tempo e do espaço na modernidade ou na pós-modernidade, propõem ultrapassar também a sociologia política da globalização segundo o conceito de Michael Mann, para o qual “o ser humano é social, não societal”¹², cujas relações deveriam ser analisadas como redes de poder e ação.

Michel Foucault compreende o poder neste conceito de rede, numa definição aberta: “O poder, creio, deve ser analisado como algo que circula, ou ainda, como algo que não funciona senão em cadeia. Não está nunca localizado, aqui ou ali, não está nunca nas mãos de alguns, nem é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e nesta rede não somente os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de sofrê-lo ou exercê-lo”.¹³

Entretanto, antes de mais nada, surge como relevante a maneira como o discurso sobre a mundialização aparece de forma hegemônica. É esta forma de utilizar um discurso sobre os imperativos da globalização dos mercados, a fim de justificar a imposição de programas de ajustamento estrutural aos Estados “do Sul” e os cortes nos programas sociais dos Estados “do Norte”, que constitui, a meu ver, a verdadeira novidade. Ainda que não seja a primeira vez na história do capitalismo a mitificação da idéia de um mercado mundial¹⁴ é, porém, a primeira vez que um discurso sobre a mundialização dos mercados e a necessária competitividade internacional serve a desmantelar os “Estados sociais”, isto é, os Estados que asseguravam uma certa redistribuição das riquezas, baseados nos princípios que tendiam à universalidade. Karl Polanyi analisa a criação destes Estados como resultante da fé em um mercado mundial

auto-regulador, (mesmo se de fato este mercado não conheceu senão uma duração efêmera), que levou à grande catástrofe dos anos 1930, à quebra do mercado mundial e ao crescimento do fascismo. A grande transformação que se seguiu, a edificação dos Estados sociais pretendia então evitar o risco da destruição da sociedade.¹⁵

Em reação à esta tentativa de submeter a vida social às lógicas sistêmicas mercantis ou burocráticas, os movimentos das mulheres (entre outros movimentos sociais) desenvolveram estratégias de resistência que não se limitavam à práticas defensivas, mas visavam a criação de novos sentidos, tanto em perspectivas “modernizadoras”, quanto em formas alternativas pós-modernas.

Para compreender o sentido destas diversas estratégias, inspirei-me nas perspectivas teóricas de um conjunto contrastado de autores, que propuseram análises de resistência, de modernidade e de tendências pós modernas. Colocando em diálogo autores como Polanyi, Habermas, Cohen et Arato, Nancy Fraser, Seyla Benhabib, Freitag, Rosi Braidotti e Colette St-Hilaire, sustento que as mulheres, ao se constituir em sujeitos (plurais) no espaço social criado pelo dispositivo de mundialização capitalista, desenvolvem estratégias heterogêneas, multidirecionais e contraditórias, estratégias que podem se inscrever como resistências, ações modernizadoras ou criações alternativas de sentido; podem também se dirigir para caminhos inesperados, precisamente porque se ligam ao objetivo de fender este dispositivo, pretendendo a emergência de algo que se assemelhe aos sonhos de mundos melhores.

Gostaria de explorar certas possibilidades ou potencialidades destes traçados, retomando os temas acima sugeridos: 1) resistências, 2) ações modernizadoras, 3) criatividade alternativa em tempos de pós-modernidade. Pretendo utilizar o conceito de “criação” como conceito-síntese para mostrar que as estratégias de resistência limitam-se raramente à uma simples defesa de aquisições, mas revelam-se processos de criatividade em ação, cuja ilustração seria a Marcha das Mulheres Contra a Pobreza, realizada no Québec em 1995.

ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS

O tema da resistência dos movimentos sociais à criação, no século XIX de um mercado mundial auto-regulador pelos Estados liberais ocidentais foi abordado por Karl Polanyi que analisa a formação deste mercado e seu fracasso nos anos 1930. Para ele, “[...] trata-se de uma economia governada pelos preços do mercado e somente por eles. Pode-se seguramente dizer que um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem ajuda ou intervenção externa, que ele é auto-regulador”¹⁶. E ainda “[...] a auto-regulação implica que toda produção seja destinada à venda no mercado e que todas as rendas sejam dela provenientes. Assim forma-se, em consequência, mercados para todos os elementos da indústria, não somente para os bens (que incluem os serviços) mas igualmente para o trabalho, a terra e a moeda.”¹⁷ Polanyi critica os economistas clássicos, como Smith, Ricardo e mesmo Marx, que limitaram sua definição de economia ao paradigma do mercado auto-regulador, postulando o desejo do ganho como único objetivo dos seres humanos.

Segundo este autor, o paradigma do mercado auto-regulador não é a única forma de encarar a economia, para a qual opta por uma definição substantiva: para ele, antes mesmo da vinda do capitalismo, a economia já estava a serviço do social, a ele imbricada. Os princípios econômicos da reciprocidade, da redistribuição e da administração doméstica são fundadas neste postulado e mesmo o mercado, quando não era auto-regulado, podia responder a esta regra.¹⁸ A fé neste mercado tem por efeito, sempre segundo Polanyi, de inverter este postulado e de afirmar, ao contrário, a existência de um indivíduo motivado pela única visão do ganho, sendo o social assim submetido ao econômico.

A adoção desta versão pelos governantes do Estados liberais ocidentais justificará as políticas que terão como efeito a subsunção da vida social aos imperativos de um mercado auto-regulado e de separar artificialmente o domínio político do domínio doméstico. Estas políticas visaram à criação de um mercado de trabalho, à adoção de um padrão-ouro e o sistema de equilíbrio dos poderes. Em um tal contexto, o trabalho, a terra e a moeda foram constituídos em mercadorias fictícias. Trata-se

mesmo de uma ficção, aos olhos de Polanyi, pois o trabalho é produzido pelo humanos, a terra é um outro nome da natureza e a moeda uma criação dos mecanismos bancários ou financeiros do Estado. Segundo este autor: "Permitir ao mecanismo de mercado dirigir sozinho a sorte dos seres humanos e de seu meio natural, e mesmo do montante do poder de compra [...] teria por efeito destruir a sociedade."¹⁹

Resistindo à submissão da vida social pela economia mercantil e assumindo o propalado risco de autodestruição da sociedade, diversos movimentos tomaram forma. Polanyi mostra como grupos de camponesas e camponeses, grupos de trabalhadoras e trabalhadores e mesmo grupos de industriais pediram a seus governos proteções contra este tipo de mercado.

O fracasso desta economia mercantil, pretendendo à auto-regulação em escala mundial, liga-se à limitação que impõe ao ser humano *enquanto homo economicus* ou seja, um indivíduo desencarnado, movido pelo ganho. Esta concepção nega a "natureza" social dos seres humanos e também os princípios econômicos de reciprocidade, redistribuição e administração doméstica e nega mesmo o mercado, quando não é auto-regulado. A definição substantiva de economia de Polanyi permite-nos concebê-la como parte e instrumento ao serviço da vida social, em lugar de uma visão estritamente mercantil reduzindo os indivíduos a seres calculadores e atemporais.

É em parte esta visão que imperou na criação dos Estados sociais ou dos Estados-providência depois da Segunda Guerra, pelo menos no que diz respeito ao princípio da redistribuição. Entretanto, depois das "crises" econômicas dos anos 1970, o princípio dos Estados sociais é posto em questão e os néo-liberais não cessaram de reivindicar ou de pregar a submissão do social às leis do mercado mundial. A análise que nos propõe Polanyi em 1944 encontra assim uma certa atualidade, tendo em vista o discurso dominante, desde os anos 80/90, sobre as exigências impostas pela mundialização dos mercados aos governos, que não teriam outra escolha senão de submeter cidadãos e cidadãs aos *diktats* dos mercados²⁰. Discursos e práticas às quais resiste um número crescente de grupos sociais.

Podemos assim compreender as ações dos diferentes movimentos sociais em nível mundial como uma reação à mundialização da economia

capitalista, à submissão às instituições políticas governamentais que retomam a idéia do mercado auto-regulador e às políticas de ajustamento estrutural decorrentes desta perspectiva, que deterioram as condições de vida da população.

Jürgen Habermas, com sua teoria do agir comunicacional faz eco, de certa forma, à esta análise, quando se interessa pelos movimentos sociais pela paz e pela ecologia de operários, de mulheres e mesmo pelos movimentos “reacionários”, tais como os integristas religiosos. Para ele, estes movimentos opõe uma resistência do “mundo vivido” às lógicas sistêmicas da economia mercantil ou da administração burocrática do Estado.²¹

Ainda que seja possível compreender certas ações dos movimentos das mulheres como parte integrante de um movimento social de resistência à tentativa discursiva e prática de (re)submeter a vida social à econômica, as ações de reivindicação destes movimentos não consistem em uma simples resistência passiva ou reativa, como sugere Habermas com seu conceito de resistência dos movimentos sociais à colonização dos mundos vividos pelas lógicas sistêmicas.

A meu ver, as ações de diversos movimentos de mulheres propõem igualmente projetos de mudança veiculados pelos movimentos feministas desde seu início, como veremos mais adiante. Estas ações são em parte modernizadoras, como sugerem as análises de Cohen e Arato, Benhabib e Fraser; são tentativas de criação de sentidos alternativos aos conceitos tradicionais ou convencionais das relações sociais de sexo, como explicita Braidotti. As concepções convencionais seriam construções oriundas da modernidade, enquanto que as tradicionais seriam construtos anteriores à esta; não partilho, porém da idéia de uma evolução histórica entre estes conceitos, pois a própria oposição entre tradição e modernidade é uma construção moderna.

Assim, estes novos sentidos não são forçosamente pós-modernos: pode-se pensá-los também como sendo não antimodernos, mas a-modernos na perspectiva adotada por Bruno Latour, que remete em questão o pensamento científico contemporâneo, afirmando que “nós nunca fomos modernos”²².

AÇÕES MODERNIZADORAS

As sociólogas tem comentado com insistência o fenômeno moderno da diferenciação da sociedade e da separação entre as esferas política e econômica, entre o domínio privado e o domínio público e seu efeito hierarquizante. A cisão entre a economia mercantil e a vida política, a subordinação do político ao econômico foram possíveis graças à adoção de políticas estatais e internacionais visando à instalação de um mercado liberal mundial auto-regulador que, como vimos, foi realizada pelos Estados liberais no fim do século XIX.

Desde seu início, as pesquisas feministas analisaram o sistema capitalista como sendo fundamentado em valores patriarcais: a família patriarcal, instituição da esfera privada, estaria atravessada pelas relações sociais de sexo, reproduzindo o domínio masculino sobre as mulheres na exploração de seu trabalho enquanto mãe, dona de casa e esposa. Este trabalho não assalariado assegurava a reprodução material e simbólica da sociedade.²³ Confinar as mulheres à esfera privada era excluí-las em teoria e na prática dos domínios públicos, políticos e dos mercados de trabalho da economia mercantil.²⁴

As primeiras reivindicações feministas pelo direito de voto (formuladas desde a Revolução francesa por algumas mulheres e efetivadas enquanto movimento coletivo em meados do século XIX) apareciam claramente como demandas no sentido da modernidade liberal.²⁵ Às demandas individuais, entre outras, feitas pela inglesa Mary Wollstonecraft em seu panfleto «Vindication of the Rights of Women» de 1792, sucederam-se movimentos coletivos em diversos países como, por exemplo, pelo voto feminino, com a inscrição desta reivindicação na Convenção de Seneca Falls em 1848 nos Estados Unidos; a deposição de uma petição ao parlamento inglês por John Stuart Mill em 1867 e a formação de comitês de "suffragettes" em diferentes países ocidentais.

O direito do voto será concedido em 1893 às néo-zelandesas, em 1902 às australianas, em 1906 às finlandesas, em 1913 às norueguesas, em 1915 às dinamarquesas e islandesas e em 1917 às russas. Outros países concederam

este direito mais tarde, como o Canadá, em 1918 e 1940 no Québec, os Estados Unidos em 1920 e a França em 1944.

Do mesmo modo, as reivindicações para o acesso das mulheres ao(s) mercado(s) de trabalho assalariado, e em seguida por um salário igual /trabalho equivalente, inscreveram-se neste impulso modernizador. Quando as mulheres, sobretudo, depois do fim da Segunda Guerra mundial, lutavam por direitos e proteções, principalmente contra a violência conjugal, contra o estupro, quanto à escolha de ter filhos ou não (contracepção e aborto), por uma divisão mais equilibrada das tarefas e rendas, levando à dissolução das definições que cimentaram as mulheres em relações de sexo estabelecidas por tradições patriarcais, alguns sociólogos, como Habermas, analisam estes movimentos como sendo identitários e particularistas, e no limite anti-moderno, pois colocavam em questão os domínios até lá diferenciados, separados e hierarquizados em esferas privadas e públicas, na modernidade.

Na cena internacional, as ações levadas a cabo desde os anos 1840 por certos grupos de mulheres contra a escravidão, pelo sufrágio feminino e a paz, partilhavam o objetivo do projeto moderno de universalização dos direitos humanos. Entretanto, a presença das mulheres nos encontros internacionais e o tratamento dado às questões por elas colocadas neste nível não eram de toda tranqüilidade. Por exemplo, as mulheres delegadas à Convenção mundial anti-escravagista em Londres, em 1840, não tiveram autorização para dela participar, e assim, foi nos corredores e galerias deste encontro que discutiram sua situação.²⁶

Aliás, esta presença das mulheres fora da esfera privada e nos domínios do público “extranacional” ou internacional, que colocava em questão a soberania dos Estados sobre as questões domésticas, “transtorna” a hierarquização moderna, capitalista e patriarcal, isto é, a ordem estabelecida, tanto na dimensão da vida concreta quanto em nível teórico, ainda em voga nas ciências sociais e no estudo das relações internacionais. Com efeito, estas tendem a hierarquizar as esferas pública e privada, econômica e política, tal como a teoria do agir comunicacional de Habermas, por exemplo.

Em 1972, grupos de mulheres de diversas crenças religiosas solicitaram às Nações Unidas, pelo intermédio da Comissão da Condição da Mu-

lher, a organização de um ano internacional das mulheres. A partir destas pressões, 1975 foi declarado o Ano Internacional da Mulher pelas Nações Unidas. Depois disto, diferentes conferências internacionais, das quais quatro especificamente sobre as mulheres, permitiram a milhares de mulheres a expressão e a troca de seus pontos de vista e suas reivindicações feministas em vários espaços internacionais. Porém, o fato de que as mulheres se viam obrigadas, nos anos 1990, a reafirmar os direitos das mulheres como direitos humanos²⁷ já não expressa por si só as dificuldades viscerais para a modernidade de reconhecer a diversidade da humanidade sem hierarquizá-la em bases racistas, sexistas e heterossexistas?

Apoiando-se sobre a teoria do agir comunicacional de Habermas, Jean-Louis Cohen e Andrew Arato²⁸ ilustraram como, ao contrário, as reivindicações feministas pela redefinição dos papéis sexuais, estereotipados e herdados da tradição patriarcal, podem ser considerados como pró-ativas e modernizadoras, na medida em que se adota uma definição normativa da modernidade, para a qual a sociedade moderna é “um sistema que deve preencher as condições de manutenção dos mundos vividos socioculturais.”²⁹

Este sistema seria constituído de dois sub-sistemas: a economia capitalista, cujo meio regulador é o dinheiro e o Estado capitalista, cujo poder é assimilado ao dinheiro.³⁰ Os mundos vividos teriam como meio regulador a linguagem, isto é, idealmente os seres humanos deveriam tender ao agir comunicacional, à intercompreensão, entrando em diálogo uns com os outros, a fim de definir em comum as dimensões de sua vida social, a renovação do saber cultural, do desenvolvimento de solidariedades ou de identidades pessoais.³¹ A sociedade como sistema e em particular os sub-sistemas econômicos e políticos, deveriam oferecer as condições necessárias à renovação das dimensões do mundo vivido (cultura, solidariedade, personalidade) com o auxílio do agir comunicacional.

Cohen e Arato mostraram, bem como Seyla Benhabib³² que o quadro de análise de Habermas pode ser aperfeiçoado para melhor se compreender o papel modernizador do movimento feminista e ultrapassar, desta forma, a simples visão de que se trata apenas de um movimento de resistência aos efeitos dos sistemas econômico e político sobre a vida quoti-

diana. Nesta perspectiva, o movimento feminista³³ adotaria uma dupla lógica, esclarecida pela teoria do agir comunicacional. De um lado, algumas ações do movimento inscrevem-se claramente no mundo do vivido ou da sociedade civil e de outro, reclamam a inclusão das mulheres nas estruturas sistêmicas, que são a economia e a política.

Segundo Cohen e Arato, as ações dos movimentos feministas visando o desenvolvimento de uma identidade coletiva das mulheres, não são particularistas como deixa entender Habermas.³⁴ O que visam as mulheres, dirigindo-se às instituições da sociedade civil, é a redefinição dos papéis sexuais herdados da tradição patriarcal: são os estereótipos, precisamente, que são particularistas, e não a tentativa de desfazê-los.

Esta redefinição, que se tenta fazer em uma lógica de ação comunicacional, deveria resultar no estabelecimento de novas normas pós convencionais, correspondendo, segundo a definição de Habermas, à modernidade (entendida em seu senso normativo) e sua “ética de discussão”.³⁵ Neste caso, tais projetos são universalistas, pois desafiam as desigualdades e as restrições que criam as normas, interpretam as tradições e constroem identidades, ainda que o conteúdo destas novas identidades possa ser particular.³⁶ Cohen e Arato retomam, nesta ótica, a constatação de Touraine, segundo a qual nenhuma identidade, coletiva ou individual, pode ser universal. Por outro lado, crêem que certas identidades implicam em um maior grau de autoreflexão e de autonomia, e é precisamente o que distingue as identidades de sexo, baseadas em normas hierárquicas entre os sexos, e as identidades de sexo que recusam a dominação do masculino.³⁷

Quanto ao sistema, os movimentos feministas reivindicam a inclusão, em uma base igualitária, das mulheres no sistema econômico e político. Habermas qualifica estas ações como sendo universalistas e emancipatórias. Cohen e Arato concordam, sublinhando que estas reivindicações levantam também um questionamento dos papéis estereotipados do trabalhador como provedor da família e do cidadão como soldado, assim como Nancy Fraser o indica.³⁸ Estas problematizações pedem, assim, uma reforma institucional.

Ainda na perspectiva de Cohen e Arato, a lógica dual dos movimentos

feministas implica na adoção de dois tipos de estratégias. De um lado, uma estratégia comunicativa e discursiva da política de identidade e de influência, direcionada à sociedade civil³⁹; de outro, uma estratégia organizada e racional de inclusão e de reformas, que se dirigiriam às instituições políticas e econômicas.⁴⁰ Os riscos de uma recuperação política do movimento feminista, que se institucionaliza para agir sobre os planos político-econômico, seriam temperados pelo fato de que o movimento é simultaneamente ancorado no vivido, na sociedade civil, graças à uma identidade feminista partilhada por um grande número de mulheres.

Assim, os avanços na sociedade civil poderiam influenciar as instituições políticas e econômicas, permeáveis às normas sociais e obter, por exemplo, um maior acesso de mulheres a postos de poder ou ao mercado de trabalho, assim como a adoção de leis que interditem a discriminação sobre a base do sexo. No sentido oposto, também, certas conquistas no domínio político e econômico poderiam contribuir à institucionalização no vivido de certos ganhos, tais como direito ao aborto e à criminalização da violência conjugal⁴¹.

O sucesso de uma estratégia orientada para o vivido ou para o sistema dependeria da adoção desta lógica dupla. Os critérios de avaliação do desempenho de uma estratégia em nível de sociedade civil e do sistema político ou econômico diferem, entretanto. Quanto à sociedade civil, o sucesso seria relativo ao avanço da democratização dos valores, das normas e das instituições que se enraízam na cultura política. Em nível da sociedade política, o sucesso se traduziria pelo crescimento da presença de atores auto-reflexivos capazes de influenciar o discurso político, mantendo porém, no seio das organizações políticas a atenção voltada para a sociedade civil.⁴²

Este pode ser o caso quando funcionárias feministas na burocracia do Estado ou das organizações internacionais, como as Nações Unidas, encontram-se em posição de aconselhar ministros ou podem agir a título de negociadoras, nos quadros das grandes conferências internacionais, conseguindo promover as reivindicações dos movimentos das mulheres em favor da igualdade.

A ética da discussão de Habermas, em sua pretensão de praticar uma

razão comunicacional, que permitisse chegar à um consenso universal após uma discussão esclarecida pela Razão, é criticada por Seyla Benhabib.⁴³ Propõe, entre outras coisas, redefinir as categorias de esfera privada (religião, economia e família) e pública (política).

Para Benhabib, seria conveniente aprofundar a ética da discussão de Habermas, que visava princípios de justiça ligados sobretudo ao domínio público e se debruçar também sobre a necessidade de uma vida melhor, no âmbito do domínio privado. A busca do consenso não deveria ser o objetivo último de uma ética da discussão, mais o próprio fato, para seus protagonistas, de saber que vão entrar em diálogo sem procurar a todo preço convencer o outro de sua Razão. Propõe igualmente a adoção de táticas processuais e concretas para resolver as questões de justiça. Aceita, assim como Cohen e Arato, a necessidade de manter distinções entre as esferas privada – domínio do íntimo – e pública – domínio do político e da sociedade civil.

A estes procedimentos opõem-se enfaticamente outras feministas, como Carole Pateman,⁴⁴ para quem o contrato social fundador da sociedade civil e da cisão entre o privado e o político é fundamento da exclusão das mulheres do domínio público ou político. Françoise Collin⁴⁵ partilha este ponto de vista quando indaga se a difícil inclusão das mulheres no político, como demonstra sua fraca representação neste domínio na maior parte dos países e em particular na França, não se inscreve na base da definição da democracia reivindicada pela Revolução Francesa. Esta difícil inclusão seria fundada na fusão entre “mulheres” e “mães” e na incapacidade de pensar as mulheres como indivíduos autônomos. Mas segundo Marie-Blanche Tahn⁴⁶ a aquisição do direito de escolher a maternidade ou o aborto permitiria uma verdadeira reapropriação pelas mulheres do domínio político. Isto é o que permite às francesas a reivindicação do pleno direito à paridade no plano político como representantes integrais e iguais da humanidade e não como uma simples categoria de representação.⁴⁷

CRIATIVIDADES ALTERNATIVAS EM TEMPOS PÓS-MODERNOS

Segundo Michel Freitag⁴⁸ e contrariamente ao que afirma Habermas, as transformações que marcam o modo de reprodução “político-institucional” das sociedades modernas são tão profundas, que doravante é possível identificar um novo modo de reprodução pós-moderna da vida social. Trata-se de um “modo de reprodução decisional-operacional”, que perde de vista os objetivos sistêmicos globais e mundiais do cotidiano; gerencia *a priori* os “problemas sociais” em lugar de estabelecer princípios de justiça que julgam *a posteriori* os atos das cidadãs e cidadãos. O apagamento das distinções entre todas as categorias modernas em função de um sistema “globalitário”, segundo a expressão de Ignacio Ramonet, ameaçaria a humanidade de uma perda total de sentido⁴⁹.

Neste contexto, o que está em jogo para os movimentos das mulheres e outros movimentos sociais é muito importante: deveriam arriscar de se perder, participando à esta globalização sistêmica como *experts* ou de se tornar representantes atomizados de “categorias” sociais móveis. Reivindicando e praticando uma “estética de identidade”, segundo este autor, escapariam, porém, à total perda de sentido?⁵⁰

Mas a própria crença no risco da perda total de sentido não equivale a adotar uma visão tão totalitária quanto aquela que critica a propensão do sistema atual de tornar-se totalitário ou globalitário? Como Gilles Deleuze o exprime : “[...] não mais que a universalidade de um sujeito fundador ou de uma Razão por excelência que permitiria julgar os dispositivos, não há universais catastróficos onde a razão se alienaria, ruidaria de uma vez por todas.”⁵¹

Rosi Braidotti⁵² reconhece, como Freitag, que o sistema social conheceu transformações tão grandes que não é mais possível falar de uma sociedade moderna. É bem nos tempos pós-modernos que vivemos e é neste contexto que devemos repensar nossos modos de ser políticos e de fazer política. Reivindica igualmente a necessidade de desenvolver um projeto criativo, não apenas reativo, que se coloque à parte das forças opressivas das visões teóricas tradicionais.

Entretanto, discorda de Freitag: a identidade para ela, é sempre

GLOBALIZAÇÃO E MOVIMENTO DAS MULHERES NO QUÉBEC

retrospectiva. É sempre a posteriori que podemos traçar os mapas dos lugares onde fomos e já não estamos mais. Renuncia também ao projeto de Benhabib de melhorar, de negociar ou de reparar os quadros teóricos “falocentristas” como o de Habermas. Para Braidotti, este modo de pensar moderno é irreparável e o único ponto de saída consiste em adotar o nomadismo como identidade, consciência e epistemologia. A consciência nômade, é segundo esta autora, uma forma de resistência política às pretensões hegemônicas e exclusivas da subjetividade e que se aparenta à noção de contra-memória de Foucault. Isto se traduziria, para as feministas (como sujeitos-nômades), na recusa de esquecer as injustiças e a pobreza simbólicas.⁵³

Segundo Braidotti, a identidade nômade é por “natureza” transgressiva, transitória e cruzadora de fronteiras. É precisamente por esta razão que as pessoas que adotam esta identidade podem tecer laços com outras⁵⁴. Para isto realizar, propõe, como Caren Kaplan⁵⁵, no caminho aberto por Adrienne Rich, adotar a prática política da localização (*politics of location*) que consistiria em situar todo sujeito em um contexto particular (prático ou teórico). Esta política de localização comanda sobretudo ações feitas em coalizão sobre uma base pontual em torno de um objeto, para fins específicos. Isto constitui, para Colette Saint-Hilaire, a seqüência lógica do reconhecimento da inexistência de um sujeito-mulher essencial e conclama as “coalizões que tomarão os interesses comuns dos sujeitos em um momento dado, sem fixá-los na busca de uma falsa identidade permanente, sem fechá-los na ilusão de uma unidade fundamental, coalizões que não impedirão de forma alguma, ao contrário, que a unidade real se expresse nas lutas e nas organizações políticas de grande envergadura.”⁵⁶

Na trilha de Luce Irigaray, Braidotti reivindica uma ética da diferença que seja um projeto feminista nômade, permitindo o reconhecimento das contradições entre as estruturas inconscientes do desejo e das escolhas políticas conscientes. Neste sentido, o feminismo para Braidotti é uma forma de consciência múltipla de diferenças. A tarefa para as feministas pós-modernas consistiria em pensar de que maneira se pode respeitar as diversidades culturais, sem tombar em um relativismo nihilista

ou no desespero político.⁵⁷

ELEMENTOS DE CONCLUSÃO: PARA UMA POLÍTICA “CRIATIVA”

Pode-se compreender as estratégias dos movimentos de mulheres, sejam elas de resistência, de modernização ou de criatividade alternativa, como partícipes do dispositivo de mundialização capitalista. Esta consideração é importante. Trata-se de compreender que não vivemos fora das redes de poder que constituem este dispositivo. Isto teria como efeito o desaparecimento dos sujeitos, sexuados ou marcados pelo pertencimento à comunidades étnicas, religiosas, de classe ou de escolha em matéria de sexualidade? Ou não seria uma forma de apelo à auto-reflexão, à auto-crítica, à auto-difração que possam nos instrumentar para a mudança, a transformação a partir do interior do mundo no qual vivemos, deste dispositivo ao qual estamos ligados? Neste sentido, Dona Haraway⁵⁸ utiliza esta noção de *difração* como crítica da moderna *reflexibilidade*, pois nenhum reflexo é verdadeiramente o que está refletido. Entretanto, a reflexividade moderna pretendeu poder reproduzir o mesmo, o idêntico e é precisamente isto que Haraway denuncia como estéril.

Assim, diante do risco de perda de sentido e de desespero político, o reconhecimento das contradições possíveis entre as diversas estratégias dos movimentos de mulheres face à “modernidade mundializadora” e à “pós-modernidade globalitária” pode permitir a criação e resultar em novos sentidos. Nesta perspectiva, o conceito de “criação” é uma ilustração da possibilidade de viver estas contradições criando sentidos outros, em reação, por exemplo, às forças hegemônicas que tendem ao apagamento das diferenças.

O conceito de “criação” ilustra, a meu ver, a possibilidade de viver as contradições entre o que pode parecer como sendo estratégias de resistência “reativa” e a reivindicação de novas significações. Nas páginas da revista marginal *Non Grata*⁵⁹, publicada em Madrid por um coletivo de lesbianas, vi aparecer a palavra “criação”, sob esta ótica, pela primeira

vez. Este coletivo define-se como LSD. A cada edição, este acrônimo abriga uma nova frase, onde o “L” corresponde sempre à “lesbiana” mas o “S” e o “D” se transformam, ao sabor da imaginação. Em espanhol, até o presente, os sentidos que apareceram foram tão diversificados quanto divertidos: *Lesbianas Saem Domingo*, *Lesbianas São Divinas*, *Lesbianas Sem Dúvida*, *Lesbianas Sem Dólar*, *Lesbianas Suspeitas de Delírio*, *Lesbianas com Sexo Diferente*, *Lesbianas Sabem se Divertir*, *Lesbianas sem Deus*. Esta estratégia constitui um projeto discursivo e de ação, que recusa a constituição de uma identidade fixa e participa de um ideal de fluidez e de redefinição das identidades.

O caso da Marcha das Mulheres contra a pobreza, que aconteceu em 1995 no Québec, constitui um claro exemplo da política “criativa”. Por um lado, as mulheres que marcharam no Québec por *Pão e Rosas* resistiam às novas tendências de realizar cortes nos programas sociais em nome dos imperativos da mundialização, propondo o reconhecimento e o desenvolvimento de uma economia alternativa a serviço do social, uma economia social e solidária. Marchando sob o tema do estandarte das Trabalhadoras do Têxtil na greve do Massachusetts em 1912, apresentavam nove reivindicações, das quais uma se referia especificamente à necessidade de adotar um “programa de infra-estrutura social com empregos acessíveis imediatamente às mulheres”. Por infra-estruturas sociais entendiam:

[...] recursos colocados à disposição das coletividades para melhorar sua qualidade de vida, com diferentes missões: combater as desigualdades e a discriminação, quebrar o isolamento das pessoas, favorecer a inter-ajuda, a educação popular, o sentimento de pertencimento e de participação, ajuda às pessoas doentes, idosas ou deficientes, guarda de crianças, alfabetização, acolha, integração, etc. Vê-se que são recursos vitais para uma comunidade. Fala-se portanto de economia social de qualidade nas relações humanas em lugar de consumo de produtos manufaturados. Esta economia social é uma alternativa à exclusão da economia de mercado sofrida por muitas mulheres.⁶⁰

Neste caso, o conceito de infra-estrutura social se distinguia do projeto

do governo federal da época, que consistia em orquestrar uma retomada econômica tradicional, financiando projetos de manutenção das estradas e construção civil, gerando empregos tradicionalmente masculinos. Em reação, os grupos de mulheres do Québec criaram a noção de infraestrutura social, a fim de assegurar um reconhecimento social e econômico do trabalho geralmente assumido pelas mulheres, tantas vezes benévolo. Além de resistir à propensão de submeter a vida social à econômica, o que Habermas chama de resistência do mundo vivido à colonização pelo sistema (econômico e burocrático), estas mulheres propunham um modelo econômico alternativo, um modelo que pode, aliás, conceber-se como pós-moderno ou amoderno, já que contesta fundamentalmente a separação moderna entre a esfera econômica e a esfera política.

Mas colocando em questão estas separações modernas, a Marcha das Mulheres contra a pobreza retomava as reivindicações universalizantes tais como: o aumento do salário mínimo, que deveria se aplicar em princípio a todas as trabalhadoras e à todos os trabalhadores do Québec⁶¹; a aplicação da Lei sobre as normas do trabalho para as pessoas beneficiárias de assistência social, que participariam assim das medidas de empregabilidade; o congelamento das taxas escolares, o aumento das bolsas para estudantes e a redução do apadrinhamento⁶² para as mulheres imigrantes.

As estratégias de resistência e de participação às instituições modernas e pós-modernas adotadas por diferentes movimentos de mulheres, tanto propõem novos sentidos quanto projetos de transformação no interior do próprio dispositivo atual de mundialização capitalista, a fim de, eventualmente, encontrar alternativas de relações sociais de sexo, de classe, de "raça" em uma perspectiva de identidades fluidas. Um novo dispositivo, em suma.

NOTAS

¹ Este artigo é uma versão reduzida de um texto publicado sob o título “Estratégias dos movimentos de mulheres face ao processo de mundialização: algumas perspectivas sociológicas” in *Cahiers de l’IREF*, 5, pp. 123-14. Meus agradecimentos a Anne-Marie Fortier, Lourdes Rodriguez, Colette Saint-Hilaire e Tania Navarro Swain pelos comentários construtivos sobre as versões preliminares deste texto.

² Ver artigo da autora, neste número, analisando questões de identidade.

³ Colette St-Hilaire. *Quand le développement s’intéresse aux femmes. Le cas des Philippines*. Paris: L’Harmattan, 1995, pp. 13-15.

⁴ Anthony Giddens. *Les conséquences de la modernité*, Paris: L’Harmattan, 1994, p. 12.

⁵ *Idem*, pp. 25 e 64.

⁶ *Idem*, p. 11.

⁷ Immanuel Wallerstein. «Tendances et prospectives d’avenir de l’économie-monde». *Études internationales*. vol. 15, n. 4, 1984, pp. 789-801.

⁸ Ver Zygmunt Bauman. *Globalization: The Human Consequences*. New York: Columbia University Press, 1998. Rosi Braidotti. *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*. New York: Columbia University Press, 1994. Michel Freitag. *Culture, pouvoir, contrôle: Les modes formels de reproduction de la société*. T. 2 de *Dialectique et société*. Montréal: Saint-Martin, 1986.

⁹ Gilles Breton & Jane Jenson. «Globalisation et citoyenneté: quelques enjeux actuels», In Andrew, Caroline, Cardinal, Linda, Houle, François & Paquet, Gilles (dir.). *L’ethnicité à l’heure de la mondialisation*. Ottawa: Association canadienne-française pour l’avancement des sciences- Outaouais, 1992, pp. 37-55.

¹⁰ Breton et Jenson, *op. cit.*, p. 48-49.

¹¹ Giddens, *op. cit.* e David Harvey. *The Condition of Postmodernity*. Oxford et Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1989.

¹² Michel Mann. *The Sources of Social Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 1-33.

¹³ Michel Foucault. *Il faut défendre la société : Cours au Collège de France, 1975-1976*. Paris: Gallimard et Seuil, 1997, p. 26.

¹⁴ Ver Karl Polanyi. *La grande transformação, aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard, 1983.

¹⁵ *Idem, ibid.*

¹⁶ *Idem*, p. 71.

¹⁷ *Idem*, p.103.

¹⁸ *Idem*, p. 83.

¹⁹ *Idem*, p. 108.

²⁰ É sem dúvida por esta razão que a tradução de sua obra do inglês para o francês levou quase 40 anos.

²¹ Jürgen Habermas. *Pour une critique de la raison fonctionnaliste*. Paris : Fayard, 1987, p. 433.

²² Bruno Latour. *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991.

²³ Ver, entre outras, Nancy Fraser. *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1989.

²⁴ É importante sublinhar que este modelo refere-se particularmente à família burguesa, pois as mulheres e crianças trabalhavam efetivamente nas primeiras indústrias têxteis inglesas, por exemplo.

²⁵ «Women's Suffrage», *The New Grolier Multimedia Encyclopedia*, 1994.

²⁶ Ver Deborah Stienstra . *Women's Movements and International Organizations*. New York : St. Martin's Press, 1994, pp. 47-48.

²⁷ Ou ironicamente, que os direitos das mulheres eram direitos do homem, segundo a gramática da Academia francesa.

²⁸ Jean-Louis Cohen & Andrew Arato. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

²⁹ Jürgen Habermas, *op. cit.*, p. 167.

³⁰ *Idem*, pp. 187-188.

³¹ *Idem*, pp. 151-152.

³² Ver Seyla Benhabib. *Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics*. New York: Routledge, 1992.

³³ Sua análise concentra-se sobretudo nos movimentos feministas americanos.

³⁴ Ver Habermas, *op. cit.*, p. 433-435.

³⁵ Ver Jürgen Habermas. *De l'éthique de la discussion*. Paris: Gallimard, 1992.

³⁶ Cohen & Arato, *op. cit.*, p. 549.

³⁷ *Idem, ibid.*

³⁸ Ver Nancy Fraser, *op. cit.* 1989.

³⁹ Cohen & Arato, *op. cit.*, pp. 510-520. Segundo eles, as teorias de ação dos novos movimentos sociais, em particular a de Touraine, mostram bem estas estratégias identitárias e oposicionais.

⁴⁰ Segundo estes autores, a teoria da mobilização de recursos (« Resource Mobilization Theory») mostra este tipo de estratégia. (Cohen & Arato, *op. cit.*, p. 497-509). Estas duas tradições teóricas, (dos recursos e da identidade) podem ser reunidas na teoria social dual que Cohen e Arato extraem da teoria do agir comunicacional de Habermas (Cohen & Arato, *op. cit.*, pp. 523-532).

⁴¹ Ver Cohen & Arato, *op. cit.* p. 555.

⁴² *Idem*, p. 562.

⁴³ Ver Benhabib, *op. cit.*.

⁴⁴ Carole Pateman. « The Fraternal Social Contract ». In John Keane. *Civil Society and the State, New European Perspectives*, Londres et New York: Verso, 1988, pp. 101-128.

⁴⁵ Françoise Collin. « Les lunettes de la démocratie ». Conferência apresentada no colóquio internacional *La recherche féministe dans la francophonie. État de la situation et pistes de collaboration* (24 a 28 septembre). Québec: Université Laval, 1996.

⁴⁶ Ver Marie-Blanche Tahon. «La maternité comme opérateur de l'exclusion politique des femmes». In Tremblay, Manon & Andrew, Caroline (dir.). *Femmes et*

représentation politique au Québec et au Canada. Montréal: Remue-ménage, 1997, pp. 19-31.

⁴⁷ Ver Gisèle Halimi. *Droits des hommes et droits des femmes. Une autre démocratie*. Montréal et Québec: Musée de la civilisation et Fides, 1995.

⁴⁸ Ver Michel Freitag. *Culture, pouvoir, contrôle : Les modes formels de reproduction de la société*. T. 2 de *Dialectique et société*. Montréal: Saint-Martin, 1986.

⁴⁹ Ver Ignacio Ramonet. « Régimes globalitaires, éditorial ». *Le monde diplomatique* (Paris), janvier, 1997, p. 1. Em uma tal perspectiva, se Freitag aderisse ao quadro de análise de Habermas, afirmaria que o mundo vivido na sociedade global pós-moderna em emergência corre o risco de ser totalmente colonizado pelo sistema.

⁵⁰ Ver Freitag, *op. cit.*, pp. 313-357.

⁵¹ Ver Gilles Deleuze. « Qu'est-ce qu'un dispositif ». In Michel Foucault, *Philosophe, rencontre internationale* (Paris, 9-11 janvier 1988), pp. 185-195. Paris: Seuil., 1989, p. 189.

⁵² Ver Rosi Braidotti. *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*. New York : Columbia University Press, 1994.

⁵³ *Idem*, pp. 25 e 33.

⁵⁴ *Idem*, p. 35.

⁵⁵ Caren Kaplan. « The Politics of Location as Transnational Feminist Critical Practice ». In Grewal, Inderpal & Kaplan, Caren (dir). *Scattered Hegemonies. Postmodernity and Transnational Feminist Practices*, Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 1994, pp. 137-152.

⁵⁶ Ver Colette St-Hilaire. «Le féminisme et la nostalgie des grands récits». *Cahiers de recherche sociologique: Critiques féministes et savoirs*, n. 23, 1994, p. 101.

⁵⁷ Ver Rosi Braidotti, *op. cit.*, p. 31.

⁵⁸ Donna Haraway, J. *Modest_Witness@ Second_Millennium. FemaleMan® Meets_OncoMouse™: Feminism and Technoscience*. New York : Routledge, 1997.

⁵⁹ *Non Grata*, Madrid, n. 2, juillet 1997.

⁶⁰ Ver Lorraine Guay. «Le mouvement communautaire et l'économie sociale : entre l'espoir et le doute». In Klein, Juan-Luis, Tremblay, Pierre-André & Dionne, Hughes (dir.). *Au-delà du néo-libéralisme, quel rôle pour les mouvements sociaux ?*. Montréal:

Presses de l'Université du Québec, 1997, p. 136.

⁶¹ Esta reivindicação se colocava contra a lei sobre as normas de trabalho no Québec, que previa salários inferiores para os domésticos residentes na casa do empregador e para os trabalhadores passíveis de receber gorjetas no setor da restauração e de hotelaria.

⁶² O apadrinhamento é um sistema em que um residente torna-se uma espécie de avalista de uma/um imigrante, por um certo período de tempo.

RESUMO

Em seguida à um balanço das estratégias dos movimentos das mulheres que foram analisados como resistências, das ações modernizantes ou das alternativas pós-modernas, a autora propõe-se a ultrapassar as contradições teóricas na análise destas estratégias aceitando precisamente o fato de que possam ser contraditórias, como estratégias de resistência e estratégias criativas, inspirando-se às vezes de princípios herdados da modernidade, mas aplicados em contextos históricos pós-modernos, criando assim novos sentidos e novas definições, que podem traduzir-se em identidades fluidas.

PALAVRAS-CHAVE: mundialização, movimento de mulheres, resistências, estratégias.

RÉSUMÉ

Après un survol de la manière dont les stratégies des mouvements de femmes ont été analysées comme des résistances, des actions modernisatrices ou des alternatives postmodernes, et à l'aide du concept de « créativité », l'auteure propose de dépasser les contradictions théoriques dans l'analyse de ces stratégies en acceptant précisément que les stratégies des mouvements de femmes puissent être contradictoires. En étant à la fois stratégies de résistance et stratégies créative's, s'inspirent parfois de principes hérités de la modernité, mais appliqués dans des contextes historiques postmodernes, créant ainsi de nouveaux sens, et de nouvelles définitions, qui peuvent se traduire dans des identités fluides.

MOTS-CLÉS: mondialisation, mouvement des femmes, résistance, stratégies.